Redação revisada do artigo 7º da minuta de resolução, divulgada na planilha Análise Preliminar das Sugestões e Comentários da Consulta e Audiência Públicas nº 13/2014 no sítio da ANP na internet em 27 de outubro de 2014, conforme segue:

Art. 7º. A permissão para construção e operação de dutos de escoamento ou transferência de petróleo e gás natural dentre outros fluidos, originários de Área de Desenvolvimento ou Área do Campo e previstos no respectivo Plano de Desenvolvimento, fica condicionada à aprovação de documentação técnica, que se dará juntamente à aprovação do Plano de Desenvolvimento.

§ 1°. Previamente ao início de construção de dutos de escoamento ou transferência de petróleo e gás natural, dentre outros fluidos, deverá ser entregue, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a documentação técnica relacionada abaixo:

I - Cópia autenticada da Licença de Instalação (LI) expedida pelo órgão ambiental competente;

II - Memorial descritivo, assinado pelo engenheiro responsável, em meio físico e em versão eletrônica desbloqueada (sem restrições à cópia de seu conteúdo) do projeto pretendido, incluindo descrição das instalações, do serviço envolvido, do processo, das capacidades de movimentação, classificação do duto, extensão, instalação e concessão de origem e destino, condições operacionais (tais como temperatura, pressão e vazão) máximas, mínimas, normais e de projeto, normas técnicas brasileiras, estrangeiras e/ou internacionais relevantes para a elaboração e execução do projeto, além de dados técnicos básicos pertinentes a cada tipo de instalação;

III - Planta de traçado do duto, indicando a localização das suas principais instalações auxiliares (complementos e componentes) que deverá incluir Áreas sob Contratos e Áreas dos Campos;

IV - Arquivo vetorial do tipo "shapefile", "feature class" ou "geodatabase", em meio digital, para cada instalação a ser autorizada, em conformidade com o padrão ANP-4B, ou padrão que venha a substituí-lo;

V - Atestado de conformidade do projeto da instalação, assinado pelo engenheiro responsável, abrangendo todas as especialidades envolvidas no empreendimento (tais como, mas não se limitando a: civil, mecânica, elétrica, instrumentação/controle, processo), expedido por entidade técnica especializada, societariamente independente do Contratado e da empresa que realizará a construção e montagem, certificando que este se encontra aderente às normas técnicas aplicáveis, acompanhado de:

a) Listagem de todos os documentos, com as suas respectivas revisões, utilizados para fundamentar a emissão do Atestado;

b) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), expedida pelo Conselho de Classe competente, devidamente assinada pela contratada e pelo contratante, com o respectivo boleto de pagamento quitado;

c) Cópia autenticada do contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial, da empresa contratada para a realização desta atividade.

VI - Cronograma físico-financeiro contendo as etapas de implantação do empreendimento, detalhando os principais itens de custo das seguintes fases: projeto, licenciamento, suprimento de materiais, construção e montagem, comissionamento, testes, pré-operação e partida.

§ 2°. Previamente ao início de operação dos dutos de escoamento ou transferência de petróleo e gás natural dentre outros fluidos deverá ser entregue, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a documentação técnica relacionada abaixo:

I - Cópia autenticada da Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão ambiental competente;

II - Atestado de Comissionamento da obra, abrangendo todas as especialidades envolvidas no empreendimento (tais como, mas não se limitando a: civil, mecânica, elétrica, instrumentação/controle e processo), expedido por entidade técnica especializada, societariamente independente do Contratado e da empresa que realizou a construção e montagem, enfocando a segurança das instalações e certificando que as mesmas foram construídas segundo normas técnicas adequadas e que se encontram aptas a operar em segurança, acompanhado de:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), expedida pelo Conselho de Classe competente, devidamente assinada pela contratada e pelo contratante, com o respectivo boleto de pagamento quitado;

b) Cópia autenticada do contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial, da empresa contratada para a realização desta atividade.

§ 3°. A documentação técnica mencionada no caput deste artigo deverá ser parte integrante do Plano de Desenvolvimento em forma de anexo e individualizada para cada duto.

§ 4°. A ANP poderá solicitar à interessada documentos e informações adicionais.

§ 5°. A operação, inspeção e manutenção dos dutos terrestres para a movimentação de petróleo e gás natural deverão atender as disposições contidas nos capítulos II ao X do RTDT anexo à Resolução ANP nº 6, de 3 de fevereiro de 2011, ou resolução que venha a substituí-la.

§ 6°. A operação, inspeção e manutenção de dutos submarinos deverão seguir resolução especifica sobre o tema.

§ 7°. A responsabilidade pelo cumprimento da determinação do caput do artigo é exclusiva do contratado da Área de Desenvolvimento ou Área do Campo em que se origina o duto.

§ 8°. Quando da submissão de revisão de Plano de Desenvolvimento, aprovado previamente à publicação desta Resolução, deverão ser incluídas as documentações técnicas dos itens II, III e IV do § 1º e os itens I e II do §2º do Art, 7º, para cada um dos dutos de movimentação de petróleo e gás natural que tenha origem a partir de instalações da respectiva Área do Campo.